

# CARLOS FRANCHI: UMA ENTREVISTA SOBRE A GRAMÁTICA GERATIVA<sup>1</sup>

Roberta Pires de Oliveira \*

Carlos Mioto \*

## 1. O contexto da entrevista

No final de 99 iniciamos a organização do segundo número de revista *Fórum Lingüístico* com o tema *A Gramática Gerativa* (doravante GG). Como a política editorial da revista prevê uma seção de entrevistas, pensamos realizá-la com pesquisadores brasileiros que pudessem testemunhar a história da GG no Brasil. Buscávamos aqueles cuja relação com essa linha teórica fosse de certa “desconfiança” e não de total adesão, porque, no nosso entendimento, esse olhar oblíquo poderia ser mais rico. Nessa diretriz surgiram os nomes de Lúcia Lobato e Carlos Franchi. Entramos em contato com eles e falamos da nossa intenção de entrevistá-los. Dissemos ainda que a idéia era apresentar a cada um deles a mesma série de perguntas e, em seguida, confrontar as respostas para uma segunda rodada de perguntas e esclarecimentos. Aceito o convite, a primeira versão do “questionário” foi prontamente enviada. Como aparecerá mais adiante, a primeira pergunta da entrevista era uma pequena provocação porque indaga sobre a adesão de cada um desses pesquisadores ao paradigma gerativo.

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao professor Rodolfo Ilari algumas conversas sobre o Franchi, o surgimento do IEL, ... e o envio de bibliografia e referências bibliográficas. Agradecemos, ainda, ao CEDAE, Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (IEL) que disponibilizou o material da entrevista.

\* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/CNPq.

Em janeiro de 2001, o segundo número da revista *Fórum Lingüístico* saiu publicado contendo apenas a entrevista da professora Lúcia Lobato.<sup>1</sup> Trata-se das respostas dadas a nossa primeira versão, sem qualquer confronto com as idéias do Franchi porque, apesar da nossa insistência, por vezes até incomoda, não havíamos conseguido entrevistá-lo. Ele sempre nos respondia dizendo que estava quase acabando de responder ao questionário. Por mais de uma vez, insistimos para que ele enviasse aquilo que já havia feito. Propusemos inclusive uma entrevista gravada. Infelizmente, nenhuma das opções foi aceita e, por razões de ordem exclusivamente editorial, não pudemos esperar que ele terminasse. Um desfecho bastante frustrante porque, além de ser um pesquisador que vivenciou a GG muito de perto mas sempre de maneira crítica, Franchi tinha sido nosso professor e influenciado nossa maneira de perceber a linguagem. Além disso, a ausência de sua voz frustrava o próprio projeto da entrevista que pretendia criar discussão entre os entrevistados, deixando órfã a entrevista da Lúcia Lobato. Foi, pois, com pesar que a revista saiu sem a contraparte do Franchi.

O projeto da entrevista e do confronto, mesmo que parcial porque restrito apenas as nossas observações sem a possibilidade dos autores replicarem, renasceu quando a professora Evani Viotti da USP, no segundo semestre de 2001, nos informou sobre a descoberta do professor Rodolfo Ilari. Ilari havia achado, entre as pastas do computador do Franchi, que lhe fora franqueado por Eglê Franchi, a nossa entrevista. Mais que felizes aceitamos fazer a sua editoração e publicá-la, desta vez com uma introdução que recuperasse a entrevista com a Lúcia Lobato. Esta é nossa maneira de homenagear o Franchi, cuja atuação norteou nossa prática enquanto lingüistas, e também de fazer juz à entrevista da Lúcia Lobato, contextualizando-a, relendo-a à luz do confronto. Contextualizar a entrevista e relê-la é a tarefa da próxima seção.

---

<sup>1</sup> Ver Lobato (2000).

Como o leitor verá, a entrevista com o Franchi não está terminada. Ele responde até a quinta pergunta (a entrevista original compunha-se de quinze perguntas)<sup>2</sup>. O grau de elaboração das respostas atestam a seriedade com que Franchi encarou nossa entrevista mas acima de tudo a nossa própria ingenuidade ao propor (justamente para quem!...) perguntas cujas respostas podem suscitar verdadeiros tratados. Tome-se como exemplo a complexidade colocada pela questão sobre o problema da compatibilidade entre funcionalismo e formalismo. Talvez tenha sido esta a razão por que a entrevista não tenha sido concluída.

Mantivemos a entrevista tal qual a recebemos, com exceção de uns pequenos reparos ortográficos e de digitação. Nas notas, o leitor encontra algumas referências bibliográficas e datas que resolvemos incluir. Após o fim da resposta à quinta questão, encontrava-se um trecho que, acreditamos, era de "lixo": pedaços ou rascunhos da resposta à quinta questão que não foram aproveitados ou que foram re-elaborados. Talvez esse material não seja de interesse para o leitor comum, mas ele constitui no mínimo uma amostra de como o Franchi elaborava suas respostas. Por isso, decidimos publicá-lo em destaque, separadamente. A este trecho de "lixo", seguia-se uma síntese dos pressupostos teóricos do minimalismo. É provável que esse resumo das idéias centrais do minimalismo fosse um rascunho para algumas das outras questões que compunham o questionário. Afinal, a sexta questão, por exemplo, inqueria precisamente sobre as diferentes fases do gerativismo. Trata-se de uma síntese bastante ampla, cobrindo diversos aspectos dessa última fase do gerativismo, e de grande interesse para os diferentes leitores do gerativismo. Por isso também decidimos publicá-la. Mantivemos seu formato original, uma espécie de ficha de resumo, modificando, apenas, alguns pequenos problemas de digitação.

---

<sup>2</sup> As perguntas podem ser encontradas em Lobato (2000).

## 2. Comentando a entrevista, tendo por fundo a entrevista com Lúcia Lobato

Surpreendentes, ao menos para nós, as coincidências entre as respostas de Lobato e de Franchi. Algumas já esperadas, como aquelas que se referem à história da lingüística no Brasil (a segunda pergunta da entrevista), outras mais inusitadas, como os paralelos na formação desses dois pesquisadores (a primeira pergunta). Em sua formação, ambos são enviados à França, provavelmente dado o prestígio que este país exercia no momento. Lá descobrem sua vocação para a sintaxe e a Gramática Gerativa, o que leva ambos a verem na escolha da França um equívoco. Outro paralelo na história pessoal desses pesquisadores, mas que diz muito sobre a lingüística no Brasil, é ambos terem iniciado suas pesquisas em lingüística a partir do viés literário. “Depois de alguns meses percebi que mesmo em literatura o que eu estava fazendo era lingüística: o tema da minha pesquisa era “O imperfeito em Madame Bovary”, afirma Lobato (2000: 129). “Enfim, à margem de um curso de pós-graduação em literatura aproximei-me do estruturalismo europeu”, nos conta Franchi. Não há o que estranhar, se lembramos que a lingüística é introduzida oficialmente nos cursos de Letras em 1962, mas é apenas em 1968 que surge um grupo de pesquisadores que se auto-proclamam lingüistas. É esse o panorama que lemos em Altman: “(...) foi a partir de 1968 que se concentrou um conjunto de fatores de ordem intelectual e social que permitiu, em vários pontos do país, a solidificação institucional de uma ‘Lingüística Brasileira’ e de um jovem grupo de pesquisadores que começaram, a partir de então, a se reconhecer ‘lingüistas’ (1998, 44)

Os autores apontam, na recuperação histórica da entrada da GG no Brasil, para a importância de Anthony Naro e de um artigo de Miriam Lemle. Lobato afirma que há outros pesquisadores que podem responder essa questão com mais acuidade, porque ela se encontrava na França em formação. Franchi procura mostrar que não houve uma única entrada, mas vários pontos de emergência,

que vão do final da década de 60 (o artigo de Lemle que Franchi cita é de 1967) aos primeiros anos da década de 70, mas houve, segundo o autor, uma participação decisiva de vários programas de pós-graduação em lingüística que, naquele momento, estavam se formando. "O desenvolvimento do gerativismo no Brasil não foi linear nem inteiramente expansivo", tendo sido apenas nas duas últimas décadas, ainda segundo Franchi, que se formou uma comunidade acadêmica de gerativistas.

Em resposta a terceira e quarta questões, os autores traçam, com ênfases distintas, mas sem discordância, esboços do panorama atual da lingüística brasileira. Se comparamos as duas entrevistas, notamos que eles identificam os mesmos movimentos. Lobato não apresenta um quadro completo, mas esmiuça as linhas que lhe interessam e ao fazê-lo traça as mesmas linhas mestras que aparecem em Franchi. São três os grupos mais importantes, segundo Lobato: o grupo do Anthony Naro, em sentido restrito o trabalho em sociolingüística, e, em sentido amplo, as diversas pesquisas levadas adiante por seus orientandos; o grupo da Mary Kato na gramática gerativa e em sociolingüística com Fernando Tarallo; e a abordagem difusionista liderada por Marco Antônio de Oliveira. Em seguida, a pesquisadora traça um quadro detalhado do grupo de gerativistas no Brasil.

Já Franchi apresenta um quadro amplo envolvendo as diferentes áreas e matizes teóricos, apontando também a influência do gerativismo nessas áreas. Em linhas gerais, o quadro que aparece é o seguinte: o grupo dos gerativistas, com centro em São Paulo na figura da Mary Kato; o projeto NURC, de base filológica, ancorado em Ataliba Castilho; o projeto sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, centrado na figura do Anthony Naro (UFRJ), de base sociolingüística; os diversos estudos em sociolingüística; o projeto de aquisição centrado na PUCSP e na Unicamp, sendo Cláudia Lemos a figura central; a lingüística histórica, que também teve uma forte participação de Anthony Naro e atualmente tem um projeto temático envolvendo várias universidades; a lingüística antro-

pológica aberta por Aryon Rodrigues. Franchi menciona ainda dois grupos em formação: o de neurolingüística coordenado pela Maria Irma Hadler (Unicamp) e o de fonologia, reunido sob a liderança das pesquisadoras Yonne Leite (UFRJ), Bernadette Abaurre (Unicamp) e Leda Bisol (PUCRS).

Dois comentários nos parecem relevantes sobre o quadro atual da lingüística brasileira desenhado por Franchi. Em primeiro lugar, ele tem razão ao afirmar que podemos contar nos dedos de uma mão semanticistas como Rodolfo Ilari e José Borges Neto, mas está equivocado quando diz que não há ainda um grupo de pesquisadores em semântica formal, em especial de influência da gramática de Montague. Desde o final de 1999, vários semanticistas, principalmente de orientação formal, sob a coordenação de José Borges Neto, estão buscando construir um grupo de semântica.<sup>3</sup> Em segundo lugar, parece-nos muito oportuna a advertência de Franchi quanto à política científica para a lingüística. Se de fato está correta a sua afirmação de que a imensa maioria dos trabalhos publicados em revistas especializadas é na área de lingüística aplicada e análise de discurso, parece-nos mais que justo enfatizar a importância da pesquisa nas áreas básicas da lingüística, sem as quais não é possível fazer nem lingüística aplicada nem análise de discurso.

Em pelo menos três momentos, Franchi tematiza o problema da relação entre a pesquisa produzida nos grandes centros (EUA e Europa) e a investigação realizada na periferia. Não sem alguma ironia, ao responder sobre a lingüística brasileira, Franchi provoca deixando entre parênteses a questão: existe uma lingüística brasileira? Ou, diríamos, seria mais correto falar na lingüística feita no Brasil? É como se a lingüística brasileira corresse o risco de ser apenas reprodutora de teorias européias e america-

---

<sup>3</sup> A formação deste grupo está documentada em Pires de Oliveira (2001). Lembre-se ainda os dois workshops organizados por Ana Müller e que se realizaram na USP – São Paulo. O último contou com a participação da profa. Barbara Partee que, como sabemos, é uma das mais importantes estudiosas de R. Montague.

nas aplicadas ao português do Brasil. Veja este trecho da entrevista: “a lingüística no Brasil (...) continua predominantemente receptiva, com um tipo de complexo de inferioridade, que aceita como do bom e melhor tudo o que vem dos EEUU ou da Europa (neste caso mais da França)”.<sup>4</sup>

Essa relação colonialista Franchi denuncia logo na primeira resposta quando questiona o termo “adesão” que, segundo ele, “lembra uma aceitação acrítica”. Como dissemos, a primeira pergunta na entrevista era mesmo uma provocação: perguntávamos como se dera a adesão de cada um dos pesquisadores à GG sabendo de antemão que nenhum de eles havia efetivamente “aderido” ao gerativismo. Sem titubear, ambos os entrevistados rejeitam definir sua posição como a de adesão. “Uma observação final a respeito da pergunta é que acho que nunca ‘aderi’ a GG”, reclama Lobato (2000: 131). Franchi, já vimos, acusa o colonialismo de nossa fala. Se não houve adesão, havia então uma maneira original de pensar senão a linguagem ao menos o modelo gerativista. É nesse lugar aliás que Franchi situa sua própria reflexão e sua tese de doutorado. “Sabia que minha (do Franchi) linha de pesquisa e tese de doutorado em andamento eram originais, mas marginais no espaço acadêmico.” Lobato inicia afirmando que “a lingüística brasileira contemporânea tem aspectos muito peculiares e interessantes. De um lado ela segue as tendências internacionais, de outro introduz um enfoque novo” (2000: 131). Ela revela ainda: “Quanto à linha que considero independente, coloco aí o trabalho do Carlos Franchi e o meu próprio”(2000: 135). Era este precisamente um dos resultados que esperávamos: mostrar que há diferentes formas de “adotar” o gerativismo, algumas tão criativas e inovadoras que nos permitiriam falar em uma lingüística

---

<sup>4</sup> É essa a opinião que transparece também em Altman: “Mattoso não propôs, nos Princípios, uma teoria própria, ao contrário, inaugurou uma prática que traria importantes conseqüências para as gerações que o sucederam, que consistia em derivar idéias lingüísticas da Europa e dos Estados Unidos e aplicá-las na descrição do Português” (1998: 102).

brasileira.<sup>5</sup> Seria talvez importante acrescentar que há outras contribuições originais: a sintaxe paramétrica elaborada por Kato e Tarallo é certamente um exemplo. Há, pois, uma contribuição nossa à lingüística que merece ser incentivada e colocada em circulação. Talvez seja este o ponto que Franchi enfatiza quando afirma que precisamos vencer nosso complexo de inferioridade.

A visão crítica quanto ao colonialismo na ciência se dá, em Franchi, no bojo de sua reflexão constante sobre sociologia do conhecimento; reflexão que transparece em vários momentos da entrevista. Quer na sempre presente preocupação com questões pedagógicas, com políticas de pesquisa, quer na questão da adoção de uma metodologia científica que esteja de mão dadas com o compromisso ético da clareza, da explicitude, da possibilidade de verificação. Ela emerge ainda no escrúpulo de Franchi de formar “escolas”, de adotar sua própria teoria de linguagem; o que significaria afastar nossa pesquisa das correntes internacionais. Estes são, na nossa opinião, aspectos extremamente pertinentes não apenas por razões teóricas. A política de pesquisa ora em voga tem imposto aos pesquisadores brasileiros o modelo americano produtivista e quantitativo que acaba por privilegiar uma relação de subserviência, de reprodução de teorias e se não impede, não ajuda a reflexão crítica, única capaz de fomentar idéias originais.<sup>6</sup> Obcecados pela produção, mal temos tempo para um estudo mais profundo.

---

<sup>5</sup> Sustentando nossa perspectiva de que a contribuição de Franchi é original e pode ser entendida como uma contribuição para uma lingüística brasileira, leia-se esse fragmento de Ilari (2001a): “Poucas semanas antes da morte do Franchi reli de ponta a ponta os dois volumes das *Hipóteses*; é um trabalho genial e denso (...) Em sua tese de doutorado, Franchi dá a essa idéia (a idéia de que a linguagem é atividade constitutiva) uma representação definida (...) Todos aqueles que se interessam pelos fenômenos da linguagem, e particularmente aqueles que sonham com uma “lingüística brasileira” deveriam deter-se sobre esse texto com alguma atenção”.

<sup>6</sup> Para uma crítica ao modelo produtivista ver di Trocchio (1999). São vários os autores que têm criticado internamente à política científica nacional. Veja-se, por exemplo, no número 23 da Revista *Caros Amigos*, a entrevista com o prof. Roberto Romano; no número 29 da Revista *Caros Amigos*, a entrevista com a profa. Marilena Chauí; finalmente, a edição especial da *Caros Amigos* número 9 é integralmente dedicada à questão.

A terceira e a quarta perguntas tinham uma motivação muito particular e embora ela não tenha sido explicitada, acabou aparecendo, meio camuflada, na fala do Franchi: perguntamos sobre a hegemonia da GG no Brasil porque, em nosso dia-a-dia na universidade, sentíamos uma forte resistência ao gerativismo em particular e à formalização em geral. Resistência acompanhada por uma associação (falsa) entre formalização e alienação política<sup>7</sup>. É fácil explicar a estreita associação entre análise formal e gerativismo<sup>8</sup>. Afinal, lembra Franchi, se houve uma contribuição decisiva da GG foi o estabelecimento de critérios científicos na pesquisa sobre linguagem: “De vários modos, a Gramática Gerativa promoveu um desenvolvimento qualitativo da lingüística no Brasil. Pela adoção de metacritérios que delimitam com precisão o caráter formal e os limites da teoria”. A adoção de critérios científicos impõe a utilização de uma metalinguagem formal e, Franchi enfatiza, ela é antes de mais nada uma postura ética, dada a sua obrigação de explicitude e seu caráter de falseamento.

Muitas vezes essa resistência à formalização e ao gerativismo transparecia como uma denúncia de que o grupo dos gerativistas/formalistas dominava a lingüística nacional. A sensação é de que há um forte preconceito contra a abordagem “naturalista”, como se aqueles que revolvem adotá-la não apenas não estivessem interessados nas questões de ideologia, como ainda impusessem sua visão aos outros grupos. Trata-se, é evidente, de um enorme mal entendido que tanto Lobato quanto Franchi buscaram esclarecer. Franchi talvez tenha intuído

---

<sup>7</sup> Essa associação, assim como o mesmo sentimento de preconceito, foram explicitados por Márcio Guimarães em um dos encontros do Grupo de Semântica. Seu depoimento resultou na exposição das idéias de Badiou (ver Wachowicz 2001) que concilia o pensamento formal matemático com o marxismo (e com uma teoria do desejo).

<sup>8</sup> No entanto, a forte ligação entre formalização e gerativismo muitas vezes ofusca, por um lado, o fato de que há várias abordagens formais que não são gerativas e, por outro, de que adotar uma metodologia científica (naturalista) não implica em considerar que o objeto de estudos é formal. A pesquisa sobre as línguas naturais é e deve ser formalizada, mas daí não se conclui que a linguagem seja necessariamente um sistema formal.

nossa motivação, porque toca nessa questão quando fala sobre o movimento do gerativismo: “Alguns colegas (que tiveram formação gerativista) se sentiram bastante isolados em suas universidades regionais e tiveram que enfrentar condições desfavoráveis e severas restrições de um corpo docente tradicional, quando não mediocrizado”.

De qualquer modo, Franchi e Lobato apontam não apenas para a heterogeneidade dos estudos da linguagem no Brasil (salutar no nosso entender), como negam a supremacia da GG. A sensação de que a GG domina o panorama nacional, Franchi explica, parece dever-se ao fato de que se trata de um grupo em que há uma grande socialização do conhecimento, um grupo ativo. Não poderia ser de outra maneira, dadas às exigências metacientíficas que o gerativismo se coloca. Mas Franchi não deixa de colocar o dedo na ferida quando, ao mencionar as diversas propostas de alteração do modelo e hipóteses de análise feitas por pesquisadores brasileiros, diz: “Fora do Brasil tiveram estas (as alterações e as propostas) pouco trânsito, o que simplesmente confirma nossa vocação como fornecedor de matéria prima para a manipulação nos grandes centros de pesquisa.” Mais uma vez, retorna o questionamento sobre as relações políticas na ciência.

A quinta questão, a qual Franchi dedica a maior parte da entrevista, versa sobre a possibilidade de compatibilizar funcionalismo e formalismo. Lobato e Franchi mostram que essa não é uma questão de sim e não; a resposta depende de como cada pesquisador entende função e forma. Ambos concordam que a compatibilidade é possível se se entender forma e função de maneira mais “frouxa”, procurando harmonizar as práticas que cada uma das abordagens desencadeia. Os autores também concordam que há versões do funcionalismo e do formalismo que são incompatíveis. Lobato discute o tema esmiuçando o debate, publicado na revista D.E.L.T.A., sobre a inversão de sujeito-verbo.

Em estilo abertamente filosófico, Franchi discute as diversas possibilidades de compreensão dos termos “funcionalismo” e “formalismo”, mostrando que não há um único funcionalismo como

não há um único formalismo. Ele separa as posições teóricas em duas frentes: uma em que a compatibilização é possível; outra, em que funcionalismo e formalismo são irreconciliáveis, porque se referem a objetos de estudos diferentes. Nesta última vertente, além do termo "linguagem" não recortar o mesmo objeto, esses dois modelos se afastam com relação à própria concepção de prática científica e de teoria. Como lembra Franchi, o modelo funcionalista de Givón, Hopper, Thompson, Naro no Brasil não se coaduna com o gerativismo, porque é "ao próprio 'objeto epistemológico' do gerativismo chomskyano que esse tipo de funcionalismo se opõe: coloca-se em dúvida a existência mesma de uma gramática universal como propriedade de um sistema biológico inato especificamente lingüístico". Essa mesma conclusão pode ser lida em Lobato: "O que eu (Lobato) diria é que são (as teorias formal e funcional) incompatíveis porque um gerativista parte do pressuposto de que há uma estrutura mental inata que é a base para a formação de estruturas nas línguas, daí ser inconcebível para ele dizer que o uso cria a forma, ou que "do uso origina-se a forma", ao contrário do que acontece com um funcionalista."(2000: 138).

Esta quinta questão termina a entrevista com Franchi. Segue-se uma síntese do minimalismo que, como dissemos, talvez fosse uma reflexão para respaldar as respostas das próximas questões. Afinal, as perguntas de 6 a 12 inquiriam sobre as diversas fases do gerativismo. Nessa síntese são discutidas questões centrais do projeto minimalista: o monismo (metafísico e metodológico), o naturalismo internalista, o ineísmo, a distinção entre língua I e língua E, a optimalidade, a especificidade da linguagem, a língua I (Franchi diz "linguagem I" e esse é certamente um ponto que merece reflexão). Ela é dividida em duas seções: a primeira, sem título, versa sobre questões metafísicas; a segunda, intitulada "A concepção de linguagem de Chomsky (enquanto objeto de estudos)", lida com aspectos internos do modelo.

Nessa síntese inúmeros pontos merecem reflexão (como gostaríamos de ter podido ouvir mais sobre eles !!!). Vamos apresentar alguns:

- Ainda na questão 5, mas já falando sobre minimalismo, Franchi afirma que uma diferença radical com o funcionalismo está no fato de que para o gerativismo o próprio objeto de análise, a língua-I, é formal. “Dada, porém, a concepção de linguagem adotada e o objeto científico recortado, o gerativismo, além de ser uma teoria explícita nesse sentido (a metalinguagem é formal), não pode ser senão uma teoria formal no sentido mais estrito de associar ao conjunto das expressões – construído como a classe indutiva derivada pelo sistema (no caso em estilo computacional) – um cálculo inferencial e preditivo”. Ora, Chomsky afirma em vários textos que as línguas naturais não são lógicas, isto é, não são um cálculo formal no sentido da lógica, porque elas têm propriedades estranhas às linguagens formais (o deslocamento, por exemplo). De modo que o termo ‘formal’ quando estamos falando da metalinguagem não tem exatamente o mesmo significado que quando estamos falando sobre a língua-I. Seria bem bom se pudéssemos ouvir mais de Franchi sobre essa questão...
- Franchi, ao comentar o dualismo corpo e mente, afirma que a posição de Chomsky seria compatível com a seguinte afirmação: “certamente nem tudo se reduz à matéria”. No entanto, esta afirmação, no nosso entender, só é compatível com a proposta de Chomsky se ela for lida como uma recusa do reducionismo fisicalista que pode ser exemplificado na posição de Churchland: a mente se reduz a sinapses cerebrais. Como Franchi deixa claro, Chomsky está questionando o próprio conceito de matéria que dá ensejo ao dualismo cartesiano. Diríamos que Chomsky é um monista não-reducionista (à la Davidson), mas gostaríamos de saber se Franchi concordaria...
- No item 2.2 da síntese, Franchi levanta um ponto interessante: a possibilidade da rejeição do dualismo metafísico ser compatível com um dualismo metodológico fraco, que pode ser lido na distinção entre língua I e língua E. Mas, perguntaria-

mos, não estaria aí reeditado o dualismo metafísico, camuflado numa versão mais fraca? Haveria como jogar fora também esse dualismo?

- O item 2.3 mereceria um longo esclarecimento. Em primeiro lugar, porque não fica claro de que distinção Franchi está falando. O item inicia por “a rejeição desta distinção...”, mas não está claro de que distinção se trata, podendo ser tanto a “rejeição conseqüente do dualismo metodológico” que separa ciências naturais e humanidades, quanto a passagem imediatamente anterior que fala sobre um dualismo metodológico fraco que certamente está presente em Chomsky: aquele “entre o aparelho biológico, geneticamente programado, e o sistema simbólico enquanto instrumento de uma ação humana reflexiva sobre “representações” e signos””. É certo que há inúmeras passagens em Chomsky em que o dualismo metodológico entre ciências naturais e humanidades é afastado. Não é possível uma teoria (no sentido forte do termo) da vontade humana, que caracteriza as humanidades, porque tal teoria estaria além da nossa capacidade cognitiva. Nota-se, no entanto, que essa argumentação de Chomsky esconde o dualismo. Franchi sugere que Chomsky rejeita a distinção através de uma identificação dos processos mentais: “a rejeição desta distinção (provavelmente entre ciências naturais e humanidades) se justifica, em Chomsky, por uma identificação [metafórica?] dos processos “mentais” (e aqui sem qualquer compromisso metafísico) e UMA linguagem (I-language)”. Este trecho é, para nós, obscuro.
- Essa questão é retomada no item 3.2 que parece ser um comentário, que aponta muito mais para a proposta de linguagem do próprio Franchi do que a de Chomsky. O trecho parece ser um exemplo da leitura original de Chomsky que Franchi propõe, afinal trata-se de aventar a possibilidade de um fundamento genético “sem atribuir-lhe características lingüísticas

específicas”. Tratar-se-ia de uma teoria lingüística que supera o dualismo metodológico, “admitindo, sobretudo, uma construção resultante da interação interior/programa e exterior/atividade do sujeito”. Que teoria é essa senão a própria idéia da linguagem enquanto atividade constitutiva tão cara a Franchi? Note-se que nessa proposta não há impasses metodológicos como ciências naturais e humanismo e língua-I / língua-E.<sup>9</sup>

- No item 4.1, Franchi retoma a questão do isolamento biológico da linguagem (a linguagem teria propriedades estranhas ao mundo biológico, por exemplo, a infinitude discreta): “tem-se que admitir que os sistemas cognitivos e a linguagem continuam biologicamente inexplicados”. Seria interessante ouvir o que Franchi teria a dizer sobre a leitura de Uriaguereka (1995) que tenta mostrar que as propriedades da linguagem estão no mundo natural; que é, portanto, possível explicar a linguagem biologicamente.

Vários outros aspectos mereceriam ser aprofundados, como o leitor pode perceber ao ler a entrevista e a síntese do minimalismo, mas por questão de espaço devemos deixar esta tarefa para o leitor.

Não podemos terminar este breve apanhado sem agradecer ao professor Carlos Franchi não apenas a entrevista, mas também a contribuição inestimável que recebemos dele para a nossa formação. Para ele, política e ciência, são lados de uma mesma moeda: “fazer uma boa lingüística, procurar compreender quanto mais profundamente possível o que é a linguagem, como funciona a linguagem na sociedade, na construção do pensamento reflexivo, pra mim fazia parte de um programa que teria conseqüências desde didáticas, pedagógicas, até conseqüências no plano da reflexão filosófica”.

---

<sup>9</sup> Leia-se este trecho da entrevista que Franchi concedeu a Rodolfo Ilari (2001b): “É outra vez a idéia piagetina: ao contrário de Chomsky, eu gostaria de dizer que existem processos gerais de pensamento e que a linguagem nada mais é que uma especificação de processos gerais quando operando sobre símbolos.”.